

Questão Discursiva 04128

À luz da Constituição vigente, a União tem atribuições tanto nacionais quanto propriamente federais. Relativamente à primeira delas, também para fins do direito público internacional, a União está investida dos poderes de soberania atribuídos à República Federativa do Brasil “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal” (CF, artigo 1º).

Assim, a União tem competência para “manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais” (CF, inciso I do artigo 21). Entre os princípios fundamentais atribuídos à República Federativa do Brasil, para reger as suas relações internacionais, está o de buscar “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

O inciso III do art. 151 da CF, por sua vez, determina ser vedado à União “instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.”

Pergunta-se: tendo em vista que a harmonização de sistemas tributários, especialmente por meio de concessões mútuas de isenções tributárias é um dos mecanismos próprios para a formação de blocos regionais para o livre comércio, é possível à União firmar tratados internacionais visando à integração econômica latinoamericana, pelos quais também sejam estabelecidas isenções de tributos estaduais e municipais? Justifique a resposta.